



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TARDE

ANALISTA TÉCNICO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (*fragmento*)

“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]

Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços. Conseguiu terminar o ensino médio, mas não teve motivação para prestar vestibular ou trabalhar. [...]

Caio representa uma história, mas não a única, de um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. [...] Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no intervalo de 2010 a 2019; nos jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 81%. Nas demais faixas etárias, a taxa não cresceu mais que 30%. Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.

[...]

Entre junho e novembro de 2020, [Guilherme] Polanczyk e outros pesquisadores da USP e do Hospital das Clínicas entrevistaram remotamente 5.795 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões do país para medir os efeitos da pandemia sobre a saúde mental deles. No segundo semestre do primeiro ano de isolamento, 36% apresentaram sintomas de depressão e ansiedade. Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet. ‘A gente sabe que os dados da pesquisa não refletem a realidade das crianças e dos adolescentes mais pobres’, Polanczyk diz. Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos. [...]

[...]

O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil. Com base em estudos americanos, menciona que a geração Z, formada por nascidos a partir de 1995, está mais propensa a ter depressão por ser menos resiliente e não saber lidar com frustrações. [...]

[...]

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/z-de-depressao/>.
Acesso em: 22/07/2022

1

O título “Z de depressão” captura, de forma concisa, a ideia central do texto 1.

Essa mesma ideia é retomada, de maneira mais detalhada, na seguinte passagem:

- (A) “Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena”;
- (B) “Mas então um dos seus tios se matou”;
- (C) “um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros”.

2

A sequência que funciona como título do texto 1 (“Z de depressão”) é um jogo de palavras, isto é, uma espécie de brincadeira linguística.

A força expressiva dessa sequência decorre do fato de que ela:

- (A) rebate, de maneira assertiva, um comentário hostil sobre a saúde mental dos brasileiros;
- (B) esclarece, de maneira irônica, o significado de uma palavra contida no próprio título;
- (C) observa, de maneira casual, uma contradição inerente ao problema relatado;
- (D) evoca, de maneira implícita, uma outra construção da língua portuguesa;
- (E) oferece, de maneira ponderada, uma solução alternativa para um problema social.

3

O texto 1 se estrutura de forma indutiva, organizando-se do particular (parágrafos 1 e 2) para o geral (parágrafos 3, 4 e 5).

Essa mudança do particular para o geral é acompanhada por uma passagem:

- (A) de um modo de organização narrativo-descritivo para um modo de organização expositivo;
- (B) de um modo de organização descritivo-argumentativo para um modo de organização expositivo;
- (C) de um modo de organização narrativo-injuntivo para um modo de organização argumentativo;
- (D) de um modo de organização narrativo-argumentativo para um modo de organização argumentativo;
- (E) de um modo de organização expositivo-argumentativo para um modo de organização descritivo.

4

“Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços.”

Nessa passagem, retirada do texto 1, uma enumeração de elementos é encerrada com vírgula – e não, como seria mais usual, com a conjunção aditiva “e”.

Nesse contexto, a omissão da conjunção aditiva produz o efeito de:

- (A) caracterizar um personagem secundário;
- (B) sugerir uma lista não exaustiva;
- (C) expressar uma opinião implícita;
- (D) enunciar uma proposição autoevidente;
- (E) enfatizar uma posição ideológica.

5

“Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste.”

A passagem acima, retirada do texto 1, mostra que a conjunção “e” pode veicular ideia de conclusão.

Outra passagem do mesmo texto em que essa conjunção apresenta valor conclusivo é:

- (A) “Ele tem 21 anos e mora em Luz”;
- (B) “Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu”;
- (C) “Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos”.

6

“Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos.”

Nessa passagem, retirada do quarto parágrafo do texto 1, o conector “Ainda assim” indica que a informação subsequente irá contrariar uma expectativa do leitor.

A alternativa em que essa expectativa contrariada está formulada de modo adequado é:

- (A) a geração Z, por ser formada por pessoas atualmente jovens, tenderá a não sofrer problemas de saúde mental;
- (B) pessoas trans, por terem poucas informações sobre a própria condição, são mais vulneráveis a ansiedade e depressão;
- (C) a insegurança alimentar, por ser própria de países em desenvolvimento, tenderá a ser detectada em estudos sobre a realidade brasileira;
- (D) dados de pesquisas, por serem enviesados, tendem a distorcer a realidade;
- (E) pessoas mais pobres, por terem menos acesso à internet, não terão seus problemas econômicos refletidos na pesquisa.

7

“Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.”

A proposta de adaptação dessa passagem do texto 1 em que o trecho em discurso direto está corretamente transposto para o discurso indireto livre é:

- (A) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – “não sobrou ninguém”, conta ele. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (B) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta: “não sobrou ninguém”. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (C) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Quando se deu conta, tomou um susto. Não havia sobrado ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (D) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta que não sobrou ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (E) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele contou que não sobrara ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.

8

“Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...]”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita, sem modificação do sentido original e sem desvio em relação à norma padrão do português, da seguinte forma:

- (A) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Em função do agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (B) Caio identificou na adolescência, que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (C) Na adolescência, Caio descobriu que era um homem transgênero, razão pela qual, sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Mesmo os médicos tendo recomendado, ele nunca tratou a depressão, por um longo período de tempo. [...];
- (D) Caio na adolescência, identificou ser um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Não obstante o agravamento do seu quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (E) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, o que implicou no crescimento da sua sensação de isolamento. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...].

9

“Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita de diversas maneiras. A reescritura em que NÃO se verifica nenhum erro relativo ao acento indicativo de crase é:

- (A) Face a esses dados, o governo federal classificou o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque as faixas etárias mais jovens;
- (B) Os dados levaram a classificação do suicídio, por parte do governo federal, como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (C) Em reação a esses dados, o governo federal procedeu à classificação do suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, sobretudo no que se refere às faixas etárias mais jovens;
- (D) Face à informações como essas, o governo federal passou a tratar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (E) Reagindo as descobertas do Boletim Epidemiológico, o governo federal passou à classificar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens.

Texto 2

A nova era do divórcio (*fragmento*)

“Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil.” Parece fake news de haters, mas não. Trata-se de um dado histórico. A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pesquisa fez um cruzamento entre informações de censos das décadas de 1970, 1980 e 1990 e dados sobre a expansão do sinal da Globo no país. Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

‘A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV, a funções desempenhadas por mulheres emancipadas e a uma crítica aos valores tradicionais mostrou estar associada aos aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras’, diz a pesquisa. [...]

O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde: 80.573 divórcios consensuais, o maior da série histórica, que é registrada desde 2007.

[...]

Sim, o início desnorteante da pandemia foi o gatilho para um boom de divórcios planeta afora. Motivos para a escalada nas tensões entre casais não faltaram, você sabe: o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office), perrengues financeiros, a necessidade de lidar com as crianças estudando em casa, distúrbios psicológicos (ansiedade, depressão, paranoia...).

[...]

A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de *cada um para o seu lado*. Enquanto, em 2019, pré-Covid, apenas 11% dos que se separaram tinham menos de cinco meses sob o mesmo teto, em 2020 essa porcentagem quase dobrou: foi para 20%.

Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido: casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus. Os parceiros mais longevos já tinham passado por outras crises. Talvez ilesos, talvez feridos. E muitos aprenderam a sair delas juntos.

[...]

Nesta nova era do divórcio, vale um alerta: mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi. Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos. Se você se separou, vale a pena um esforço a mais para manter o bom convívio. Não apenas pelo bem dos filhos – se o casamento produziu crianças. É importante honrar uma história que, em boa parte do tempo, foi partilhada com a pessoa que um dia você amou como se fosse a única.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/a-nova-era-do-divorcio>. Acesso em: 24/07/2022

10

É possível identificar, no texto 2, três blocos estruturais simétricos: um primeiro formado pelos parágrafos 1 e 2; um segundo formado pelos parágrafos 4 e 5; e um terceiro formado pelos parágrafos 6 e 7. Como a organização é paralelística, os primeiros parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 1, 4 e 6) desempenham sempre uma mesma função textual, assim como os segundos parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 2, 5 e 7).

As funções textuais desempenhadas pelos parágrafos 1, 4 e 6, de um lado, e 2, 5 e 7, de outro, estão corretamente caracterizadas, respectivamente, na seguinte alternativa:

- (A) veicular um enunciado irônico e refutar opiniões contrárias;
- (B) estabelecer uma correlação e fornecer a causa subjacente;
- (C) levantar uma hipótese e enumerar suas consequências imediatas;
- (D) caracterizar uma situação e narrar os eventos decorrentes;
- (E) enfatizar um problema e propor uma solução concreta.

11

O texto 2 elenca diversos fatores relacionados ao aumento de casos de divórcio. Esses fatores podem ser divididos em três grupos: *causas indiretas* (ou mediatas), *causas diretas* (ou imediatas) e *facilitadores*.

A alternativa que apresenta, respectivamente, uma causa indireta, uma causa direta e um facilitador é:

- (A) expansão do sinal da Rede Globo, exposição de estilos de vida modernos e encarceramento de ambos os cônjuges;
- (B) encarceramento de ambos os cônjuges, perrengues financeiros e necessidade de lidar com crianças estudando em casa;
- (C) distúrbios psicológicos, falta de experiência com crises prévias e críticas aos valores tradicionais;
- (D) pandemia de Covid-19, encarceramento de ambos os cônjuges e pouco tempo de casamento;
- (E) exposição de funções desempenhadas por mulheres emancipadas, pandemia de Covid-19 e adesão ao home office.

12

O último parágrafo do texto 2 recorre a uma estratégia de construção textual bastante comum em parágrafos de conclusão de reportagens de divulgação científica.

Essa estratégia consiste na adoção:

- (A) do subjuntivo como modo verbal predominante, com o objetivo de relatar eventos hipotéticos;
- (B) de conjunções causais, com o objetivo de estabelecer relações lógicas de causa e efeito;
- (C) de substantivos ligados ao jargão acadêmico, com o objetivo de conferir credibilidade ao texto;
- (D) de um registro fortemente irônico, com o objetivo de provocar surpresa no leitor;
- (E) da injunção como tipo textual primário, com o objetivo de aconselhar o leitor.

13

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.”

Retirado do texto 2, esse fragmento sugere, implicitamente, que a correlação entre aumento do número de divórcios e expansão do sinal da Rede Globo é *insuspeita*.

Essa mesma ideia pode ser flagrada na seguinte passagem:

- (A) “Parece fake news”;
- (B) “Trata-se de um dado histórico”;
- (C) “o número de mulheres que se separaram aumentou”;
- (D) “A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV”;
- (E) “aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras”.

14

“A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de cada um para o seu lado.”

Na passagem acima, retirada do texto 2, o conector “aliás”, ao mesmo tempo em que contribui para a coesão textual, introduz uma sequência que desempenha a função de:

- (A) corrigir um erro;
- (B) estabelecer uma generalização;
- (C) explicitar uma contradição;
- (D) resumir uma explicação;
- (E) avaliar uma proposta.

15

“Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde [...]”

Muitas gramáticas ensinam que o “então” é uma conjunção conclusiva. No entanto, na passagem acima, retirada do texto 2, essa palavra apresenta um uso distinto, que é próprio do registro informal e não costuma figurar nos compêndios gramaticais.

Esse mesmo uso está presente no seguinte exemplo:

- (A) Eu estava meio triste, então resolvi ficar em casa.
- (B) – Você já tem uma resposta pra mim?
– Então... eu já pensei bastante, mas ainda não sei o que responder.
- (C) – Então, vamos?
- (D) Até então, eu ainda não havia tomado uma decisão.
- (E) Se você acha que 50 convidados é muita gente, 100, então, nem se fala.

16

“Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos.”

Essa passagem, retirada do texto 2, apresenta uma marca de informalidade.

A proposta de reescritura em que essa marca é substituída por uma palavra ou expressão mais formal sem que haja alteração substancial de significado é:

- (A) Os primeiros tempos são, em geral, um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (B) Os primeiros anos tendem a ser um período deprimente, de enlutamento mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (C) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, pactos difíceis e de pisar em ovos;
- (D) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e de pisar em ovos;
- (E) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e atitudes cautelosas.

17

Em cada uma das alternativas abaixo, encontra-se, nesta ordem, uma passagem transcrita do texto 2 e uma proposta de reescritura dessa mesma passagem.

Assinale a alternativa na qual, ao mesmo tempo, a passagem transcrita do texto 2 seja ambígua (desconsiderando-se nosso conhecimento de mundo) e a proposta de reescritura apresentada desfaça essa ambiguidade:

- (A) “Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde” / Em 2021, então, bateu recorde o número de casais que oficializaram a separação;
- (B) “Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido” / Analisando esses dados, estudiosos chegaram a uma conclusão que faz sentido;
- (C) “O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21” / O que os estudiosos do BID não poderiam prever, no Brasil do século 21, é o quanto os divórcios aumentariam;
- (D) “[...] o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office) [...]” / o encarceramento de ambos os cônjuges no lar (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office);
- (E) “Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades” / De acordo com os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

18

Embora tanto o texto 1 quanto o texto 2 pertençam ao gênero textual reportagem, o segundo exhibe uma linguagem mais informal que o primeiro.

Essa maior informalidade é evidenciada pela presença, no texto 2, de:

- (A) estrangeirismos recentes e marcas de interlocução direta;
- (B) orações subordinadas adjetivas e discurso indireto livre;
- (C) gírias associadas à fala jovem e paralelismos sintáticos;
- (D) frases nominais e abreviações;
- (E) regionalismos e verbos impessoais.

19

Embora os textos 1 e 2 pertençam ao gênero textual reportagem, eles correspondem a subgêneros distintos. Em particular, apenas o texto 2 se qualifica como uma reportagem de divulgação científica.

Um reflexo dessa especificidade é o fato de que apenas o texto 2 inclui metáforas criativas (isto é, inovadoras, não convencionalizadas), como pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “‘Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil’”;
- (B) “A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”;
- (C) “A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020”;
- (D) “[...] casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus”;
- (E) “[...] mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi”.

20

“O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil.”

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21.”

Nessas passagens, retiradas respectivamente dos textos 1 e 2, as duas formas verbais sublinhadas se encontram no futuro do pretérito. Apesar disso, é possível observar que esse tempo verbal desempenha funções comunicativas distintas em cada um dos casos.

As funções comunicativas desempenhadas pelo futuro do pretérito nas passagens acima estão corretamente caracterizadas, respectivamente, em:

- (A) expressar ordem ou pedido e enfatizar a noção de desejo;
- (B) marcar polidez no intercâmbio conversacional e indicar que o fato expresso é dependente de uma condição;
- (C) sinalizar incerteza em relação à informação expressa e indicar um evento futuro em relação a um tempo passado;
- (D) exprimir uma verdade atemporal e destacar o caráter improvável de uma condição;
- (E) enfatizar um questionamento e sugerir ausência de comprometimento em relação a uma determinada posição.

Legislação Específica

21

João, servidor público há mais de uma década, ocupante de cargo de provimento efetivo em determinada estrutura de poder no Estado do Tocantins, foi acusado e condenado, em processo administrativo, pela prática de grave infração disciplinar, o que culminou na sua demissão. Irresignado com a demissão, João ingressou com medida judicial buscando a sua anulação, no que obteve êxito, sendo acolhido o argumento de que as provas utilizadas eram nulas.

Considerando os dados da narrativa, deve ser aplicado a João o instituto da:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) reintegração;
- (D) readaptação;
- (E) disponibilidade.

22

Ao analisar a possível competência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em relação às operações de crédito a serem realizadas pelo Governo do Estado, João concluiu corretamente que essa atuação era não só necessária, como de indiscutível relevância.

Ato contínuo, consultou Pedro a respeito do *iter* procedimental a ser observado e do seu alcance, sendo-lhe corretamente respondido que:

- (A) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer sobre a sua legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (B) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que emitirá parecer sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando-o ao Poder Legislativo para a decisão final;
- (C) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a concretização da operação, o Tribunal de Contas decidirá sobre a sua realização, ou não, considerando a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (D) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que decidirá sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando a decisão ao Poder Legislativo, que avaliará a sua conveniência;
- (E) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer apenas sobre a sua legalidade, cabendo ao Legislativo a análise de legitimidade, economicidade e razoabilidade.

23

Joana, recém-ingressa no quadro de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, analisou o rol de medidas cautelares passíveis de serem adotadas por esse Tribunal, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Em sua análise preliminar, chegou à conclusão de que essas medidas seriam:

- 1. o arresto de bens;
- 2. o afastamento temporário do dirigente do órgão ou entidade;
- 3. a exibição de documentos ou dados e bens; e
- 4. a produção antecipada de provas.

Ao se deparar com as conclusões de Joana, Maria, sua colega de setor, observou, corretamente, que não depende(m) da atuação do Poder Judiciário:

- (A) somente a medida 3;
- (B) somente a medida 4;
- (C) somente as medidas 1 e 2;
- (D) somente as medidas 2, 3 e 4;
- (E) as medidas 1, 2, 3 e 4.

24

Maria, embora tivesse nível superior, foi aprovada em concurso público e tomou posse em cargo de provimento efetivo de nível médio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

À luz do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Maria tem assegurado o direito:

- (A) à percepção de adicional de qualificação;
- (B) à percepção de adicional de nível superior;
- (C) ao enquadramento na classe que congrega os cargos de nível superior;
- (D) ao enquadramento na classe imediatamente superior àquela em que se encontra;
- (E) ao enquadramento no padrão imediatamente superior, na classe em que se encontra.

25

Pedro, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, durante uma fiscalização, suspeitou que Maria teria sonegado um documento que seria útil à análise a ser realizada pela equipe de fiscalização. Por tal razão, alertou-a das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo.

Irresignada com a suspeita de Pedro e com o “alerta” que recebera, solicitou que o seu advogado analisasse a compatibilidade dessa conduta com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Foi corretamente respondido a Maria que Pedro agiu em:

- (A) desacordo com o referido Código, pois deve observar um padrão de discricionariedade na solicitação de documentos;
- (B) harmonia com o referido Código, pois deve fazer alertas dessa natureza, ao fiscalizado, quando necessário;
- (C) desacordo com o referido Código, pois deve manter-se neutro em relação à postura do fiscalizado no decorrer dos trabalhos;
- (D) desacordo com o referido Código, pois somente deve agir em harmonia com juízos de certeza, não com a suposição característica da mera suspeita;
- (E) harmonia com o referido Código, pois deve agir de modo inquisitorial em relação ao fiscalizado, em razão da superior hierarquia do controle externo.

Noções de Direito

26

O regime jurídico dos servidores públicos do Estado Alfa foi alterado pela Lei nº XX/2020, sendo assegurado determinado benefício pecuniário, de caráter episódico, não contínuo, aos servidores que preenchessem os requisitos objetivos previstos na norma. Dois anos depois, ao ser advertido do crescimento exponencial das despesas com pessoal, o que fora parcialmente influenciado pela criação do referido benefício, o chefe do Poder Executivo apresentou projeto de lei, que resultou na Lei nº YY/2022, extinguindo-o.

Após a extinção do benefício, Pedro, pessoa muito distraída, percebeu que preencheria os requisitos para a fruição do benefício, mas não apresentara o requerimento pertinente.

Ao procurar um advogado, foi informado, corretamente, que:

- (A) pode requerer a fruição do benefício, observado o prazo prescricional afeto à Fazenda Pública, pois, uma vez inserido no regime jurídico dos servidores, é vedada a supressão por lei posterior, sob pena de afronta ao direito adquirido;
- (B) não pode requerer a fruição do benefício, salvo se a Lei nº YY/2022 assegurou a sua fruição àqueles que não o tenham requerido em momento anterior, os quais tinham mera expectativa de direito;
- (C) não pode requerer a fruição do benefício, já que a pretensão administrativa deve ser apresentada de modo contemporâneo ao direito, pois um não pode subsistir dissociado do outro;
- (D) não pode requerer a fruição do benefício, já que a despesa pública está relacionada à previsão orçamentária, que não pode satisfazer benefícios relativos a exercícios pretéritos;
- (E) pode requerer a fruição do benefício, observado o prazo prescricional afeto à Fazenda Pública, pois tem o direito adquirido à sua fruição.

27

Laura, diretora de recursos humanos na Secretaria de Educação do Estado Alfa, foi informada de que três atos administrativos exarados em seu setor foram objeto de alteração: (1) o primeiro foi considerado, pela autoridade hierarquicamente superior, incompatível com o interesse público, o que a levou a substituí-lo por ato de teor diverso; (2) o segundo teve identificado um vício de finalidade, sendo determinada a cessação dos seus efeitos pela autoridade competente; e (3) o terceiro padecia de vício de competência, mas a autoridade competente aquiesceu com os seus termos, subscrevendo-o.

Os acontecimentos descritos em 1, 2 e 3 refletem, respectivamente, os institutos da:

- (A) anulação, revogação e retificação;
- (B) revogação, invalidação e convalidação;
- (C) invalidação, revogação e confirmação;
- (D) invalidação, contraposição e ratificação;
- (E) revogação, retificação e retirada hierárquica.

28

Determinada repartição pública estadual tinha em seu poder informações a respeito da filiação partidária de Joana, a qual fora declinada para fins de verificação da presença, ou não, de impedimento ao exercício de determinada função pública. Em razão das características desse dado, o responsável pela repartição consultou sua assessoria a respeito de sua natureza e sobre a possibilidade desse dado ser submetido a tratamento, com o objetivo de serem realizados estudos por órgão de pesquisa.

A assessoria respondeu, corretamente, que se está perante dado:

- (A) consentido, já que fornecido voluntariamente por Joana, o que afasta a necessidade de nova autorização para o respectivo tratamento;
- (B) pessoal sensível, não sendo necessário o fornecimento de consentimento do titular para tratamento, caso seja indispensável à realização da referida finalidade;
- (C) anonimizado, pois originário da relação funcional, tendo se incorporado à base de dados administrativa e não carecendo de consentimento do titular para a sua utilização;
- (D) público, pois originário da relação funcional, tendo se incorporado à base de dados administrativa e não carecendo de consentimento do titular para a sua utilização;
- (E) pessoal, sendo imprescindível o fornecimento de consentimento do titular para a realização de qualquer tratamento, inclusive para os fins descritos na narrativa.

29

Adalto, diretor de licitações no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, recebeu comunicação de que esse ente federativo almejava realizar operação de crédito interno, havendo dúvida em relação à modalidade de procedimento licitatório a ser observado, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que vinha sendo observada pela generalidade dos órgãos dessa estrutura de poder.

À luz dessa narrativa, Adalto concluiu, corretamente, em razão do disposto na Lei nº 14.133/2021, que o contrato que verse sobre o referido objeto:

- (A) não está sujeito ao regime do referido diploma normativo;
- (B) deve ser antecedido de licitação na modalidade de diálogo competitivo;
- (C) deve ser antecedido de licitação na modalidade de concorrência;
- (D) não precisa ser antecedido de licitação, que é dispensável, estando adstrito, apenas, aos balizamentos incidentes sobre o contrato administrativo;
- (E) não precisa ser antecedido de licitação, que é inexigível, estando adstrito, apenas, aos balizamentos incidentes sobre o contrato administrativo.

30

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em decisão transitada em julgado, rejeitou as contas apresentadas por João, ordenador de despesas no Município Alfa. Com isso, imputou-lhe um débito, além da aplicação de multa.

Irresignado com a decisão, João consultou o seu advogado sobre a existência de alguma medida, a ser manejada no âmbito do próprio Tribunal, para que a decisão fosse alterada, já que, a seu ver, ocorrera um manifesto erro de cálculo nas contas.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) estavam exauridas as medidas passíveis de serem adotadas no âmbito do Tribunal de Contas;
- (B) pode ser proposta a ação de revisão, a ser manejada no biênio subsequente ao trânsito em julgado da decisão;
- (C) é cabível o pedido de reexame, a qualquer tempo, desde que baseado em perícia contábil, indicativa do erro de cálculo alvitado por João;
- (D) é cabível a ação rescisória, a ser manejada nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, sendo facultada a produção de novas provas;
- (E) embora seja prevista a possibilidade de ser proposta ação rescisória contra decisões transitadas em julgado, ela só seria cabível em se tratando de falsidade de documentos.

31

O governador do Estado Alfa apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de lei orçamentária anual. Após as discussões no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, deliberou-se pela aprovação de diversas emendas individuais que buscavam viabilizar o desenvolvimento de determinada política pública. Apesar dessas emendas serem plenamente compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, surgiram dúvidas em relação à origem dos recursos a serem utilizados.

Após analisar as opções jurídica e politicamente viáveis, o presidente da Comissão observou, corretamente, que esses recursos poderiam resultar de anulação de despesas associadas:

- (A) às dotações relativas à contribuição previdenciária;
- (B) às transferências voluntárias para os Municípios;
- (C) aos benefícios contínuos devidos aos servidores;
- (D) aos juros devidos em razão da dívida pública;
- (E) às transferências tributárias constitucionais.

32

O chefe do Poder Executivo do Estado Beta, em cujo território estava localizado o Município Alfa, almejava realizar uma transferência voluntária de recursos para esse ente federativo com o fim de viabilizar a realização de objetivos de interesse comum e amenizar os efeitos da grave crise financeira que assolava a municipalidade, cujo potencial turístico fora afetado por fortes chuvas.

Ao analisar a arrecadação tributária do Município Alfa, que se mostrava elevada e supria suas despesas regulares, isto em momento anterior às fortes chuvas, a Procuradoria do Estado constatou que, por decisão das majorias ocasionais, esse ente federativo não tinha instituído: (1) o imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; (2) nenhuma contribuição de melhoria, embora já tivesse realizado diversas obras públicas que poderiam justificá-la; e (3) a taxa associada ao recolhimento de lixo.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

- (A) a presença das situações descritas em 1, 2 e 3 é requisito indispensável à realização de transferências voluntárias pelo Estado Beta ao Município Alfa;
- (B) as situações descritas em 1, 2 e 3 acarretam, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (C) apenas a situação descrita em 2 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (D) apenas a situação descrita em 1 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (E) as situações descritas em 1, 2 e 3 são projeções da autonomia política do Município Alfa, não constituindo óbice à realização de transferência voluntária pelo Estado Beta.

33

Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no âmbito de determinada estrutura estatal de poder, foi constatada a inexistência de comprovação de vultosas despesas realizadas na referida estrutura, sendo fortes os indícios de que os recursos públicos foram desviados e de que os atos ilícitos terão continuidade se o servidor público responsável pela estrutura não for cautelarmente afastado.

O referido afastamento:

- (A) pode ser promovido, em caráter temporário, pelo Tribunal de Contas, de ofício ou a requerimento do Ministério Público especial;
- (B) pode ser promovido, em caráter definitivo, pelo Tribunal de Contas, mas apenas se houver requerimento do Ministério Público especial;
- (C) não pode ser promovido, mesmo em caráter temporário, em momento anterior à decisão definitiva do Tribunal de Contas, o que decorre da presunção de inocência;
- (D) não pode ser promovido pelo Tribunal de Contas, apenas pelo Poder Judiciário, em caráter temporário, o que pressupõe requerimento do Ministério Público comum;
- (E) não pode ser promovido pelo Tribunal de Contas, apenas pelo Poder Judiciário, em caráter definitivo ou temporário, o que pressupõe requerimento do Ministério Público, especial ou comum.

34

Após amplos debates entre seus membros, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa apresentou uma proposição à Assembleia Legislativa, veiculando o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa. Ato contínuo, diversos parlamentares argumentaram com a inconstitucionalidade formal da respectiva proposição.

O relator da matéria no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, após analisar os argumentos apresentados, concluiu, corretamente, que:

- (A) a forma federativa de Estado autoriza que o Poder Judiciário de cada ente tenha o seu Estatuto, observados, sempre, os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988;
- (B) a proposição somente será constitucional se tiver a forma de proposta de emenda constitucional, que observará os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988;
- (C) o Estatuto da Magistratura tem sede exclusivamente constitucional, não sendo possível que a legislação infraconstitucional, federal ou estadual, trate da matéria;
- (D) a proposição somente será constitucional se tiver a forma de projeto de lei complementar, que complementarizará as normas estabelecidas pelo Estatuto Nacional da Magistratura;
- (E) a proposição é inconstitucional, já que a Constituição da República de 1988 somente dispõe sobre a existência do Estatuto Nacional da Magistratura.

35

Maria, servidora pública que, há cerca de dez anos, ocupava cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, após regular aprovação em concurso público, tomou posse e entrou em exercício em cargo público diverso, vinculado ao mesmo ente federativo. Para sua decepção, foi inabilitada no estágio probatório relativo ao último cargo.

Nesse caso, Maria deve ser:

- (A) reintegrada ao cargo anterior, desde que este último esteja vago;
- (B) exonerada, cessando o seu vínculo funcional com o poder público;
- (C) readaptada ao cargo anterior, caso assim requeira, desde que este último esteja vago;
- (D) reconduzida ao cargo anterior e, se este último tiver sido provido, será aproveitada em outro;
- (E) revertida ao cargo anterior, ainda que este último esteja ocupado, o que pressupõe a prévia colocação em disponibilidade do respectivo ocupante.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

O princípio da prudência é fundamental na contabilidade porque aumenta a confiança de diversos stakeholders.

Assim, segundo o CPC 00 (R2), a prudência pode ser conceituada como o(a):

- (A) atribuição de menor valor para as receitas e maior valor para as despesas;
- (B) superavaliação de ativos e a subavaliação de passivos;
- (C) exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza;
- (D) componente do patrimônio que tenha seu registro inicial efetuado pelo valor ocorrido na data da transação com o mundo exterior à entidade;
- (E) separação do patrimônio da entidade e de seus respectivos sócios.

37

As variações entre dois Balanços Patrimoniais de uma empresa demonstraram as seguintes mutações:

Conta	Valor	Direção
Caixa	R\$ 40.308	Aumento
Contas a Receber	R\$ 15.351	Diminuição
Estoques	R\$ 15.117	Aumento
Despesas Antecipadas	R\$ 16.776	Aumento
Imobilizado	R\$ 1.134.644	Aumento
Depreciação Acumulada	R\$ 264.088	Aumento
Contas a Pagar de Fornecedores	R\$ 660	Diminuição
Outras Contas a Pagar de Curto Prazo	R\$ 114.596	Aumento

O caixa era de R\$ 378.511 no início do ano e de R\$ 418.819 no fim do ano. A empresa não vendeu nenhum imobilizado durante o ano, e o lucro líquido foi de R\$ 474.378.

Considerando que não houve outra operação que afetou o ativo circulante e o passivo circulante, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi de:

- (A) R\$ 40.308;
- (B) R\$ 347.803;
- (C) R\$ 474.378;
- (D) R\$ 835.860;
- (E) R\$ 1.143.355.

38

Um ativo intangível foi comprado por R\$ 52.000 em 2015 e originalmente estimado para ter uma vida útil de 8 anos com um valor residual de R\$ 4.000. A amortização pelo método linear foi registrada por 5 anos. Em 2020, determinou-se que a nova estimativa de vida útil era de 10 anos (ou seja, mais 2 anos em relação aos 8 anos iniciais), com um valor residual de R\$ 4.500.

Assumindo uma amortização linear, o valor da amortização ao ano a partir de 2021 será de:

- (A) R\$ 1.750;
- (B) R\$ 2.200;
- (C) R\$ 3.500;
- (D) R\$ 4.400;
- (E) R\$ 6.000.

39

A empresa XYZ adquiriu à vista um caminhão por R\$ 350.000. Para entregar o veículo, a concessionária revendedora cobrou o valor de R\$ 15.000. Ainda, a empresa XYZ incorreu em outros gastos relacionados ao caminhão. Foram pagos R\$ 35.000 pela apólice de seguro anual e R\$ 14.000 referentes ao IPVA do caminhão.

A partir dessas informações, o registro do custo contábil do caminhão no ativo da empresa XYZ é de:

- (A) R\$ 350.000;
- (B) R\$ 365.000;
- (C) R\$ 379.000;
- (D) R\$ 400.000;
- (E) R\$ 414.000.

40

Uma empresa assina 100 contratos com um cliente no início do mês. Cada contrato inclui a venda de um produto por R\$ 1.000 cada (100 produtos x R\$ 1.000 = R\$ 100.000) e um custo unitário de R\$ 600. O dinheiro será recebido quando o controle dos produtos for transferido no fim do mês. A prática comercial e habitual da empresa é permitir que o cliente devolva qualquer produto não utilizado (estado de novo) no prazo de trinta dias e receba reembolso total. A empresa avalia a carteira conjunta dos 100 contratos. Para estimar a contraprestação variável à qual a empresa terá direito, a entidade decide usar o método do valor esperado, porque é o método pelo qual a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual terá direito. Usando o método do valor esperado e com base em estatísticas da empresa, ela estima que 3% dos produtos serão devolvidos.

Dessa forma, a empresa contabilizará no fim do mês um(a):

- (A) receita de R\$ 100.000;
- (B) despesa antecipada de R\$ 100.000;
- (C) custo dos produtos vendidos de R\$ 60.000;
- (D) passivo de restituição de R\$ 3.000;
- (E) direito de recuperação de produtos de R\$ 3.000.

41

A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

Nesse sentido, um segmento de uma empresa comercial deve ser divulgado separadamente quando as receitas do segmento forem iguais ou superiores a:

- (A) 10% da receita combinada, interna e externa, de todos os segmentos operacionais;
- (B) 75% da receita total da entidade;
- (C) 20% das exportações totais e de vendas externas;
- (D) 20% do maior valor, em termos absolutos, das vendas internas e externas;
- (E) 25% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais.

42

Uma empresa tributada pelo lucro real apresentou as seguintes informações em 31 de dezembro de 2022:

- Lucro antes dos impostos sobre a renda (LAIR/CSLL) R\$ 250.000
- Despesa com provisões para processos judiciais ambientais R\$ 100.000
- Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa R\$ 50.000
- Perdas não realizadas de variação do valor justo de instrumentos financeiros R\$ 20.000
- Despesas com marketing R\$ 50.000

Considerando-se apenas as informações apresentadas e uma alíquota de 34% de IR/CSLL, de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a empresa contabilizará um IR/CSLL diferido no:

- (A) ativo de R\$ 57.800;
- (B) ativo de R\$ 85.000;
- (C) passivo de R\$ 85.000;
- (D) passivo de R\$ 102.000;
- (E) passivo de R\$ 136.000.

43

Em certas situações, os eventos subsequentes podem ou não exigir que a entidade ajuste os valores do Balanço Patrimonial.

O evento subsequente que somente requer divulgação em notas explicativas é o(a):

- (A) descoberta de fraude que indicou que as demonstrações contábeis estavam incorretas durante o período contábil;
- (B) divulgação de dividendos aos detentores de instrumentos de patrimônio após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis;
- (C) declínio do valor justo de investimentos ocorridos no período contábil a que se referem as demonstrações contábeis;
- (D) determinação, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, do custo de ativos adquiridos em troca de ativos vendidos antes do final daquele período;
- (E) pagamento de processo judicial após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente naquele período contábil.

44

Uma empresa realizou um investimento em títulos e valores mobiliários (TVM) em 1º de janeiro de 20x1, com as seguintes características:

- i. Valor aplicado: \$ 10.000
- ii. Prazo: 4 anos
- iii. Taxa de juros: 7% a.a. (juros compostos)
- iv. Valor de mercado do título ao final de cada ano, para os 4 anos:
 - 31 de dezembro de 20x1: \$ 11.000,00;
 - 31 de dezembro de 20x2: \$ 11.600,00;
 - 31 de dezembro de 20x3: \$ 12.000,00;
 - 31 de dezembro de 20x4: \$ 13.107,96.

Segundo o modelo de negócios e o fluxo de caixa contratual, a empresa decide mensurar a operação como valor justo por meio do resultado (VJR).

Dessa forma, o saldo da marcação a mercado dos TVM no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 20x1 é:

- (A) devedor em \$ 300;
- (B) devedor em \$ 700;
- (C) devedor em \$ 10.000;
- (D) credor em \$ 11.000;
- (E) credor em \$ 11.600.

45

Uma empresa foi processada segundo o auto de infração exigindo ICMS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos (fato 1). A situação está aguardando prosseguimento do feito em segunda instância judicial. A estimativa confiável é de uma provável saída de recursos no valor de 2 milhões de reais. Adicionalmente, a empresa figura como parte do auto de infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (fato 2), cuja expectativa da Administração é de perda possível no valor de 3 milhões de reais. Para ambos os casos, espera-se que a saída de caixa seja em 4 anos; a taxa de desconto é de 6%.

Nesse caso, a empresa deve:

- (A) contabilizar o fato 1 como provisão no passivo não circulante e divulgar o fato 2 em nota explicativa;
- (B) contabilizar ambos os fatos como provisões no passivo não circulante;
- (C) contabilizar ambos os fatos como provisões no passivo circulante;
- (D) contabilizar o fato 1 como provisão no passivo circulante e o fato 2 como provisão no passivo não circulante;
- (E) divulgar o fato 1 em nota explicativa e contabilizar o fato 2 como provisão no passivo não circulante.

46

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) das entidades do setor público compreendem múltiplos relatórios que são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e contribuem para aprimorá-la.

Em decorrência da natureza geral do propósito da sua elaboração, os RCPGs têm usuários primários, que podem ser exemplificados por:

- (A) entidades de fomento e membros do Poder Legislativo;
- (B) órgãos centrais de orçamento e controle;
- (C) provedores de recursos e agências reguladoras;
- (D) usuários da Lei de Acesso à Informação;
- (E) usuários dos serviços e seus representantes.

47

Apesar dos esforços para tornar as demonstrações contábeis mais compreensíveis, é necessário um conhecimento razoável para o seu entendimento. Para auxiliar os usuários a contextualizar, compreender e interpretar a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras.

Tais informações podem ser exemplificadas por:

- (A) detalhamento dos contratos celebrados ao longo do exercício financeiro;
- (B) estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação atendidos;
- (C) relatório analítico bimestral das fontes de receitas arrecadadas;
- (D) resultados das atividades de prestação de serviços durante o exercício;
- (E) sumário executivo das alterações em leis e normas que impactaram a entidade no exercício.

48

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público possuem uma estrutura que colabora para o atingimento dos seus objetivos de fornecer informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa.

Quando uma entidade pública apresenta valores atípicos de transações extraorçamentárias, o detalhamento dos ingressos e desembolsos dessa natureza de recurso pode ser analisado a partir do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) demonstração dos fluxos de caixa;
- (C) demonstrativo da disponibilidade de caixa;
- (D) demonstrativo da origem e aplicação de recursos;
- (E) programação financeira e cronograma de desembolso.

49

Ao elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública a partir das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o servidor responsável pelo setor de contabilidade deve atentar que, no detalhamento dos fluxos de caixa das atividades operacionais, os ingressos devem ser apresentados:

- (A) conforme a vinculação orçamentária;
- (B) conforme o impacto na situação líquida patrimonial;
- (C) de acordo com a categoria econômica da receita;
- (D) de acordo com a origem das receitas;
- (E) quanto ao impacto na apuração do resultado primário.

50

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas diferentes classes de contas definidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Para a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a entidade deve usar as classes de contas relativas a:

- (A) atos potenciais ativos e passivos;
- (B) fatos permutativos e modificativos;
- (C) superveniências e insubsistências ativas e passivas;
- (D) variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- (E) variações decorrentes e independentes da execução orçamentária.

51

A operacionalização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pelas entidades públicas requer atenção a alguns requisitos, entre eles, os atributos da conta contábil. Estes são características que distinguem contas do plano de contas, conforme sua natureza e objetivos.

Embora alguns atributos possam ser decorrentes de imposição legal, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orienta que poderão ser criados outros, de acordo com as necessidades do ente para o atendimento das normas vigentes, a exemplo dos relacionados a:

- (A) execução de restos a pagar;
- (B) impacto na situação patrimonial;
- (C) indicador do superávit financeiro;
- (D) indicador do superávit primário;
- (E) vinculação orçamentária.

52

Ao longo da execução orçamentária nem sempre os créditos tributários ou não, lançados em favor da Fazenda Pública, são pagos no vencimento. Esse fato pode gerar inscrição em dívida ativa, que envolve juros e encargos, além do valor principal.

O registro de natureza patrimonial dos juros e encargos de mora incidentes sobre o crédito inscrito em dívida ativa deve ser feito pelo seguinte lançamento:

- (A) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora
- (B) D 1.2.1.1.x.xx.xx Créditos a Longo Prazo – Dívida Ativa
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora
- (C) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
C 1.x.x.x.xx.xx Créditos a Receber – Dívida Ativa
- (D) D 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora
C 8.3.2.3.x.xx.xx Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Receber
- (E) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora

53

Em decorrência da sua relevância no financiamento das ações governamentais no ciclo de execução orçamentária, a dívida pública é amplamente tratada pela legislação, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz uma série de disposições para o seu controle e gestão.

Diante da necessidade de contração de novas dívidas no âmbito de um ente público, deve-se considerar que:

- (A) a limitação de despesas para pagamento do serviço da dívida é vedada apenas no último ano de mandato;
- (B) as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, devem constar em lei específica;
- (C) as operações de crédito com prazo inferior a doze meses não integram a dívida pública consolidada;
- (D) o parâmetro para atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada pode ser definido na LDO;
- (E) o refinanciamento da dívida pública deve ser definido em lei que trata de créditos adicionais.

54

Um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se ao Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL).

Na elaboração desse anexo, os entes públicos devem observar que:

- (A) a apuração da RCL deverá ser apresentada para cada bimestre de referência e de forma cumulativa;
- (B) a RCL deve ser apurada individualmente para cada poder e órgão sujeitos a controle de limites fiscais;
- (C) a RCL que servirá de parâmetro para os limites do ente federativo deve ser apresentada pelo valor consolidado;
- (D) as receitas da compensação financeira entre os regimes de previdência não afetam o cálculo da RCL;
- (E) as receitas intraorçamentárias deverão ser consideradas no cálculo da RCL.

55

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos anexos do RGF e constitui uma versão simplificada deste relatório, sendo sua estrutura e composição definidas pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

A apresentação adequada desse anexo do RGF por um ente federativo levará em conta que:

- (A) o anexo deve conter informações sobre o cumprimento das metas de resultado primário e nominal;
- (B) o anexo deve identificar, no último quadrimestre, o valor dos restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício;
- (C) o anexo requer a identificação do valor de juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito;
- (D) sua elaboração é de competência exclusiva do Poder Executivo do ente;
- (E) sua elaboração é requerida apenas em referência ao último quadrimestre do exercício.

Texto 1
Uma entidade pública adquiriu um equipamento em 01/07/20x0 para uso em uma unidade de saúde. O valor do equipamento foi de R\$ 345.000,00, para pagamento em três parcelas vencíveis em 60, 90 e 120 dias, respectivamente. O valor do equipamento à vista seria de R\$ 300.000,00. A entidade adota a política de depreciação pelo método das cotas constantes e estimou uma vida útil de doze anos para o equipamento, com valor residual de R\$ 15.000,00.

56

A partir das informações do texto 1 e das disposições do MCASP acerca de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, o valor da cota anual de depreciação do equipamento equivale a:

- (A) R\$ 23.750,00;
- (B) R\$ 25.000,00;
- (C) R\$ 26.875,00;
- (D) R\$ 27.500,00;
- (E) R\$ 28.750,00.

57

Considerando-se as informações do texto 1 e que oito anos após o início do uso do equipamento, com base em relatórios internos, a entidade avaliou que ele estava em condições de ser usado por mais seis anos, com base nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no MCASP, a entidade deverá:

- (A) adotar as recomendações para retificação de erro, pelo equívoco no cálculo da estimativa de vida útil;
- (B) ajustar suas demonstrações contábeis do exercício anterior, por se tratar de um evento subsequente;
- (C) alterar o método de depreciação para gerar informação mais fidedigna quanto à redução da capacidade do equipamento;
- (D) reapresentar suas demonstrações contábeis do período mais antigo praticável, por se tratar de mudança de política contábil;
- (E) tratar o efeito da mudança de estimativa de vida útil do equipamento prospectivamente.

58

Um procedimento comum para fins de encerramento do exercício financeiro é a inscrição de despesas empenhadas e não pagas em Restos a Pagar, comprovadas as condições necessárias. No caso de uma despesa empenhada cujo fato gerador da obrigação tenha ocorrido antes do término do exercício em curso, porém sem que se tenha procedido o estágio da liquidação, o registro deve se dar por meio de um lançamento a débito na conta 6.2.2.1.3.02.xx Crédito empenhado em liquidação, com contrapartida em:

- (A) 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (F);
- (B) 3.x.x.x.x.xx Variações Patrimoniais Diminutivas;
- (C) 5.3.1.7.x.xx RP não processados – inscrição no exercício;
- (D) 6.3.1.1.x.xx RP não processados a liquidar;
- (E) 6.2.2.1.3.06.xx Empenhos em liquidação inscritos em restos a pagar não processados.

59

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis é uma norma de referência para que as entidades públicas evidenciem a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento. Para que uma entidade se adeque às disposições dessa norma, deve atentar que:

- (A) a comparação dos valores orçados com os realizados deve ser sempre apresentada no regime de caixa;
- (B) a informação contábil detalhada incluída nos orçamentos aprovados não deve ser agregada, sem exceções;
- (C) a informação sobre o desempenho dos serviços prestados não deve ser incluída nas demonstrações contábeis, mas em documentos adicionais;
- (D) o orçamento original não deve incluir dotações residuais advindas de anos anteriores;
- (E) os comparativos entre os valores orçados e realizados do orçamento devem ter sempre por base o orçamento original.

60

No processo de adoção do sistema de informação de custos, uma entidade pública definiu que precisa implantar um método de custeio que lhe permita alocar os seus custos fixos incorridos ao longo do exercício, que são muito significativos, aos centros de custos.

Um dos métodos que se recomenda nesse caso é o custeio:

- (A) padrão;
- (B) pleno;
- (C) por absorção;
- (D) por ordem de serviço;
- (E) variável.

61

Ao longo do tempo, os princípios orçamentários, que surgiram do esforço de planejar e orçar a ação pública, foram consagrados pela legislação e pela doutrina. Um dos resultados do processo de consolidação dos princípios orçamentários é possibilitar a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada.

Esse cenário permite uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas e decorre do princípio da:

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) programação;
- (D) totalidade;
- (E) transparência.

62

No Brasil há regras para elaboração e execução dos instrumentos orçamentários tanto na Constituição da República de 1988 quanto na legislação ordinária e complementar.

Entre as regras mais consolidadas estão aquelas previstas na Lei nº 4.320/1964. Entre as disposições previstas na referida lei que devem ser observadas pelos entes públicos na elaboração do projeto de Lei Orçamentária, estão as relacionadas a:

- (A) diretrizes para elaboração do planejamento plurianual;
- (B) vedação para alterações na previsão de receita orçamentária;
- (C) condições para realização de transferências intergovernamentais;
- (D) realização de operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa;
- (E) critérios para limitação de empenho e movimentação financeira durante o exercício.

63

Ao consultar o Portal da Transparência de um ente da federação em busca de informações sobre o orçamento do ente ao longo do exercício, um cidadão encontrou um documento que detalhava em um anexo as despesas que não serão objeto de limitação de empenho durante o exercício.

O documento acessado pelo cidadão refere-se:

- (A) ao Anexo de Metas Fiscais;
- (B) ao Relatório de Gestão Fiscal;
- (C) à Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) à Lei Orçamentária Anual;
- (E) ao Decreto de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

64

Alterações na programação de despesas autorizadas no orçamento são comuns ao longo do exercício financeiro e devem ser feitas, conforme o caso, por meio de instrumentos adequados, entre eles, os créditos adicionais. Porém, um dos limitadores para a abertura de créditos adicionais no orçamento é a disponibilidade de recursos.

Uma das fontes de recursos utilizáveis para esta finalidade é o excesso de arrecadação, que deve ser:

- (A) aplicado somente na cobertura de despesas geradas por meio de créditos adicionais especiais;
- (B) apurado líquido da importância dos créditos extraordinários abertos no exercício;
- (C) apurado somente ao final do primeiro quadrimestre do exercício financeiro;
- (D) conjugado com os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de crédito a eles vinculadas;
- (E) integrado aos valores decorrentes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

65

Um parlamentar ocupante de cadeira no Congresso Nacional apresentou uma emenda individual ao projeto de lei orçamentária anual da União. O projeto se enquadra nos limites de emendas individuais impositivas e se destina a enviar recursos ao seu Estado de origem, pelo qual foi eleito.

Os recursos da emenda pretendida:

- (A) deverão integrar a receita do Estado da federação para fins de repartição;
- (B) deverão ser pelo menos 50% aplicados em despesa de capital;
- (C) não integrarão a receita do Estado da federação para fins de cálculo dos limites de endividamento;
- (D) poderão ser alocados somente por meio de transferência com finalidade definida;
- (E) poderão cobrir despesas com pessoal e encargos sociais relativas a servidores ativos, mas não a inativos.

66

Um grupo de estudantes cursando a disciplina de Orçamento Governamental de um curso de graduação em Gestão Pública recebeu do professor a tarefa de analisar informações do orçamento dos Municípios da região metropolitana de um Estado da federação. Um dos itens do roteiro de análise dado pelo professor foi: "O que será desenvolvido para alcançar os objetivos dos programas na área de educação?"

Para conseguir fazer uma análise comparativa entre os Municípios estudados a partir do item proposto pelo professor, os estudantes deverão coletar dados das despesas propostas a partir da classificação:

- (A) funcional, com ênfase nas subfunções;
- (B) institucional, com ênfase nas unidades orçamentárias;
- (C) por natureza, com ênfase nas categorias econômicas;
- (D) por natureza, com ênfase nos elementos de despesa;
- (E) programática, com ênfase nas ações.

67

Embora seja dada uma ênfase maior na limitação de gastos para fins fiscais, a perspectiva da receita também é muito relevante, principalmente por ser o parâmetro inicial para a fixação das despesas no orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe alguns parâmetros para controle e acompanhamento das receitas públicas, tendo em vista a responsabilidade na gestão fiscal.

Uma origem de receita de capital que requer detalhamento da sua destinação no último bimestre do exercício financeiro refere-se a:

- (A) alienação de ativos;
- (B) amortização de empréstimos;
- (C) compensações financeiras;
- (D) operações de crédito;
- (E) transferências de capital.

68

A execução dos dois grandes pilares do orçamento público (receitas e despesas) se processa em estágios legalmente definidos com o objetivo de gerar subsídios para o processo de controle. O registro de cada etapa se dá a partir dos respectivos elementos essenciais.

Ao registrar o lançamento de uma receita de natureza tributária são considerados elementos essenciais, EXCETO o(a):

- (A) matéria tributável;
- (B) destinação do recurso;
- (C) ocorrência do fato gerador;
- (D) montante do tributo devido;
- (E) sujeito passivo da obrigação.

69

A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso representam um subsídio previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal de grande relevância para o acompanhamento da execução orçamentária.

Ao analisar a prestação de contas de um ente público, um analista orçamentário fez uma recomendação para que o referido documento esteja aderente aos dispositivos legais, qual seja:

- (A) definição de diretrizes para programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso no PPA;
- (B) inclusão da apuração do superávit financeiro do exercício na programação financeira;
- (C) inclusão da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso como anexo da LDO;
- (D) publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso por meio de decreto do Poder Legislativo;
- (E) publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso somente após a aprovação da LOA.

70

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) dispõe que o acesso à informação solicitada nos termos da lei deve ser imediato, mas prevê possibilidade de prazo de vinte dias para a resposta.

Esse prazo poderá ser usado quando, no momento do recebimento da solicitação, se tratar de informação:

- (A) disponível apenas em meio impresso;
- (B) que necessite ser processada;
- (C) de natureza pessoal;
- (D) de acesso restrito;
- (E) de caráter sigiloso.

DISCURSIVA

1

Para possibilitar uma evidenciação adequada aos usuários das demonstrações contábeis, um dos procedimentos contábeis patrimoniais previstos no MCASP é que elementos do ativo imobilizado que tenham vida útil econômica limitada se sujeitem à depreciação sistemática. A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração e deve ser reconhecida ao longo da sua vida útil, conforme normas previamente definidas.

A partir desses pontos, elabore um texto que aborde os seguintes elementos:

- a) fatores que ocasionam declínio do potencial de geração de serviços por ativos imobilizados;
- b) fatores que afetam a estimativa de vida útil econômica de um ativo imobilizado;
- c) momento inicial e base para registro sistemático da depreciação;
- d) opções de definição de vida útil para depreciação de bem que já tenha sido usado antes da sua posse pela Administração Pública.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

A despeito de todos os avanços na geração e divulgação de informações contábeis por entidades públicas, um desafio que ainda persiste se refere às informações de custos. A institucionalização de tais informações tem o potencial de auxiliar na tomada de melhores decisões em termos de alocação de recursos e avaliação de resultados. A NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público e o Manual de Informações de Custos do Governo Federal (Portaria STN nº 518/2018) proveem bases conceituais para avanços nessa área. A partir do contexto apresentado, elabore um texto que aborde os seguintes elementos:

- a) indicação de dois objetivos da adoção de um sistema de informação de custos em uma entidade pública;
- b) descrição de dois sistemas de acumulação de custos passíveis de serem adotados em uma entidade pública;
- c) dois métodos de custeio que podem servir para apropriação de custos a um objeto de custo de uma entidade pública;
- d) suporte previsto no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para registro de informações de custos.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

15

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

15

Realização

